



Abílio Diniz

Empresários insistem na

desindexação

Os empresários que participaram da reunião do Conselho Monetário Nacional defendem, de forma unânime, a imediata desindexação da economia, como forma de viabilizar o pacote econômico aprovado ontem, em parte, pelo colegiado. No entendimento deles, a desindexação faria com que a inflação cedesse, o que, sem ela, conforme explicou o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) só deve acontecer de forma muito lenta.

Luis Eulálio de Bueno Vidal Filho, um dos primeiros empresários a deixar a sala de reuniões do CMN, comentou que o assunto agora fica sob a alçada "de uma negociação política", observando que "eu faço questão que a classe política faça a conta para verificar que para o trabalhador é pior a inflação alta que o expurgo". Ressaltou não ter a menor dúvida sobre isso, lembrando que o Departamento de Estatística da Fiesp fez um cálculo com um redutor de 10 por cento, chegando a conclusão de que o assalariado perderia 7 por cento em seus rendimentos num período de seis meses, contra uma perda de 15 por cento em função de uma inflação ascendente, de 130 para 160 por cento. "No primeiro caso, o trabalhador perderia 7 por cento em seis meses", assinalou.

O diretor-presidente do grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, também defendeu a desindexação, dizendo que "é necessário neste momento que o governo pense em introduzir um redutor tanto na correção monetária como no INPC, a fim de evitar que haja um aumento muito grande de inflação, e isso venha a prejudicar as medidas que foram tomadas". Negou que ela pudesse provocar um achatamento do poder aquisitivo dos salários do trabalhador. "Em hipótese nenhuma. Se essa desindexação for feita corretamente e se ela for feita tanto na parte de correção monetária, que tem responsabilidade da indexação dos ativos financeiros, quanto na parte do INPC, ela não virá em prejuízo de ninguém, porque será feito de alto a baixo, em todo o sentido" — comentou. O redutor de que fala Abílio Diniz é, segundo ele próprio explicou, o expurgo do impacto das medidas hoje tomadas sobre a correção monetária e sobre o INPC.

Abílio Diniz disse que a desindexação deveria ser uma medida decidida na reunião de ontem do CMN, com o anúncio do redutor para ser introduzido na correção monetária e no INPC. Ele entende que a proposta não precisaria passar pelo crivo do Congresso Nacional, lembrando que a medida não envolve "nenhuma alteração de Lei".